A RECONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS, FAMILIARES E COMUNITÁRIOS DE UMA EGRESSA DO PRESÍDIO FEMININO DO DISTRITO FEDERAL.

Ediane Pereira Dias - edianedias@hotmail.com
Grazielle Galvão Ferreira da Silva - grazigalvaodf@hotmail.com
Débora Maria Victória de Barros debora.barros@projecao.br

RESUMO

Este artigo, decorrente do trabalho de conclusão de curso de mesmo nome, analisa como se desenvolve o processo de (re) construção dos vínculos afetivos, familiares e comunitários de mulheres que estiveram em situação prisional no Distrito Federal. Justifica-se este estudo para entender os desafios postos a uma egressa do sistema prisional, na reconstrução de seus vínculos. A metodologia utilizada neste trabalho baseou-se numa abordagem exploratória a partir da pesquisa qualitativa. Nosso método de investigação consiste no estudo de caso de uma egressa do sistema prisional do Distrito Federal, moradora da cidade satélite Ceilândia/DF, no bairro da Expansão do Setor "O". Para a fundamentação teórica da nossa análise utilizamos como referenciais teóricos: o materialismo histórico na perspectiva marxista, que parte das demandas reais existentes para formular idéias que transformem a realidade. Utilizamos também as elaborações de Michel Foucault, nas quais encontramos a evolução histórica da legislação penal e os respectivos métodos coercitivos e punitivos utilizados na repressão da delinqüência, dentro do contexto institucional do presídio. Também nos servimos do pensamento de John Bowlby que discorre sobre a capacidade do indivíduo de estabelecer vínculos afetivos. Os resultados das análises demonstram que a egressa enfrentou dificuldades na (re)construção dos vínculos afetivos, familiares e comunitários, ao mesmo tempo em que percebemos que, se houver apoio da família durante o período em que a pessoa está sob confinamento em estabelecimento prisional, os problemas tendem a ser menos significativos na (re)construção dos vínculos.

Palavras-chave: vínculo familiar, egressas, estabelecimento prisional.

ABSTRACT

This work analyzes how is the process of (re)construction of emotional ties, family and community of women who were in prison in the Distrito Federal for having committed any crime. Justified this study to understand the challenges put to a woman that accomplished condemnation in the prison system, the reconstruction of their links. The methodology used in this study was based on an approach from the exploratory qualitative research. Our research method consists of studying the case of a woman ex-prisoner of the prison system in the Distrito Federal, a resident of the satellite city Ceilândia / DF in the neighborhood "Expansão do Setor 'O'". For the theoretical basis of our analysis we used as theoretical frameworks: historical materialism in Marxist perspective, that part of the existing real demands to formulate ideas that become reality. We also use the elaborations of Michel Foucault, in which we find the historical evolution of criminal law and its coercive and punitive methods used in the repression of crime, within the institutional context of the prison. And also the elaborations of John Bowlby that discusses the individual's ability to establish affective bonds.

The test results show that the interviewee faced difficulties in (re)construct of emotional ties, family and community, while we realize that if there is family support during the period in which the person is under confinement in prison, problems tend to be less significant in the (re)construct the bonds.

Keywords: family ties, ex-prisoner, prison.

O presente artigo é um recorte do trabalho de conclusão de curso “A reconstrução dos vínculos afetivos, familiares e comunitários de uma egressa do presídio feminino do Distrito Federal”, defendido e elaborado por Ediane Pereira Dias e Grazielle Galvão Ferreira da Silva em 2011 no curso de Serviço Social da Faculdade Projeção da Ceilândia, sob a orientação de Débora Maria Victória de Barros. A escolha do tema ocorreu a partir da vivência obtida na cidade de Ceilândia, mas especificamente na Expansão do Setor “O”, bairro predominantemente habitado por famílias pobres e com acesso limitado às políticas públicas, considerado um dos mais violentos do Distrito Federal, pelos dados da segurança pública, fato amplamente divulgado pela mídia.

A cidade de Ceilândia, localizada no Distrito Federal, nasce no início da década de 1970, quando Brasília já tinha aproximadamente oitenta mil pessoas morando em favelas, dentre essas pessoas estavam os operários que vieram construir Brasília e seus familiares. Após a realização, no ano de 1969, de um seminário sobre problemas sociais no Distrito Federal, as favelas foram citadas como um dos problemas mais gritantes. Reconhecendo a gravidade do problema e suas possíveis conseqüências, o governador à época, Hélio Prates da Silveira determinou a erradicação dessas favelas.

No mesmo ano do referido seminário, foi criado um grupo de trabalho que mais tarde se transformaria em uma Comissão de Erradicação de Invasões – CEI, sigla que originou o nome da cidade, para a transferência dos moradores das invasões das Vilas IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo; além dos morros do Querosene, do Urubu, Cural das Éguas e Placa das Mercedes, invasões com mais de quinze mil barracos. A Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) foi responsável pela demarcação das terras e remoção das famílias para o novo local¹.

Na medida em que Ceilândia foi crescendo, bairros novos foram surgindo e em 1985 foi criada a Expansão do Setor “O”. O seu surgimento objetivou o atendimento de uma antiga reivindicação dos inquilinos de fundo de quintal de Ceilândia. O bairro foi inaugurado há vinte e sete anos e está localizado na parte norte da cidade, sofreu bastante no início de sua criação com a violência. Ainda hoje a Expansão é considerada um dos locais mais perigosos e violentos de Ceilândia e do Distrito Federal - DF.

A Expansão do Setor “O” é conhecida por seus pontos de venda de drogas, assaltos, roubos, furtos e até por guerras entre gangues que são compostas por homens e mulheres, que, munidos de armas de fogo, se enfrentam nas ruas com o intuito de disputar o comando das quadras do bairro. Fatos como estes alimentam os dados negativos da segurança pública e fazem com que o índice de violência da cidade suba consideravelmente.

¹Informações retiradas do sitio do Governo do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.ceilandia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4013> acesso em 22/10/2011.

Chama a atenção no bairro a ocorrência de mulheres que são presas por levarem drogas ou objetos considerados inapropriados (celulares, estiletes, dinheiro, etc.) para seus companheiros ou parentes na prisão. A atitude dessas mulheres tem motivações diversas, visto que pode ser a tentativa de colaborar para a fuga do companheiro ou parente da prisão, de facilitar a comunicação do presidiário com pessoas de fora do presídio, de garantir o pagamento de uma dívida, dentre outras.

A inserção da mulher na criminalidade pode estar associada à distribuição de papéis sociais na sociedade capitalista, às mudanças comportamentais e aos processos culturais em transformação. Deste modo a participação feminina se apresenta de forma crescente no cenário criminal, evidenciando uma maior atividade da mulher no espaço público, nas relações sociais heterogêneas, saindo do papel exclusivo no âmbito privado.

O convívio com algumas dessas mulheres nos levou a perceber a relevância do assunto e a levantar esse tema para discussão na academia, já que há poucas pesquisas desenvolvidas sobre mulheres egressas do sistema prisional, e ainda, lançar um olhar especial sobre a questão das mulheres que saíram da prisão e resolveram retomar seus vínculos afetivos, familiares e comunitários, após vivenciarem uma situação de confinamento em uma instituição prisional. Esta pesquisa é também uma maneira de evidenciar a situação de mulheres que podem ter sido negligenciadas a vida inteira, seja pela família, pela sociedade, pelo Estado e talvez até pela acadêmia.

Essas mulheres passaram por um processo de distanciamento da família, dos amigos, da comunidade e até dos filhos e dos companheiros. Portanto, há que se perguntar se o tempo que as pessoas passam dentro de uma prisão contribui de alguma maneira para a reintegração social² delas. Nesse sentido, devemos nos perguntar se há algum serviço à disposição das presidiárias, que permita manter os vínculos com familiares, para que essas pessoas, ao saírem da instituição prisional, possam retomar sua vida familiar, rever seus amigos, começar ou (re)conquistar sua vida profissional, constituir uma família e a ela se apegar.

Este empirismo trazido para a pesquisa acadêmica pode ser explicado por Demo (1995, p.134) quando diz que “toda pesquisa social supostamente dirá algo sobre a realidade, caso contrário, não seria social. O uso do termo social aqui refere-se à realidade social”.

Para Lowy (1978) a realidade social, como toda realidade, é infinita e toda ciência implica uma escolha, e nas ciências históricas essa escolha não é produto do acaso, mas está em relação orgânica com certa perspectiva global. As visões do mundo das classes sociais condicionam, não somente a última etapa da pesquisa científica social, a

2 A reintegração social aqui falada corresponde em princípio com o que deveria ser o objetivo das instituições prisionais. Art. 1º da Lei de Execução Penal: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. E Art. 22: “A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”.

interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha da mesma, do objeto de estudo, da definição do que é essencial e do que é acessório, as questões que colocam a realidade, numa palavra, a problemática da pesquisa.

A metodologia utilizada neste trabalho pautou-se numa abordagem científica exploratória a partir da pesquisa qualitativa, neste sentido, optou-se por fazer um estudo de caso com uma egressa do sistema prisional, que esteve presa no presídio da colméia no Distrito Federal, moradora da cidade satélite de Ceilândia, mais especificamente no bairro Expansão do Setor "O", buscando-se conhecer um pouco mais a respeito da reconstrução de vínculos afetivos de egressas de presídios femininos do DF.

Segundo Demo (1989) metodologia deve ser entendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. Assim, foram utilizadas, no sentido da investigação do tema, além das entrevistas, pesquisas bibliográficas e documentais.

Partimos da pesquisa social seguindo o método dialético em contraposição ao método positivista, que é o discurso dos conservadores que optam pela manutenção da ordem vigente. Não acreditamos em uma sociedade positiva onde todos os indivíduos tenham uma função numa realidade imutável. Embasamo-nos na convicção marxista de que vivemos em uma sociedade dividida em classes, sociedade constituída por dominantes e dominados e sob esta perspectiva realizamos a análise desta entrevista.

Não compactuamos com a ideologia de que as leis sociais são imutáveis, haja vista que a sociedade é histórica, logo, pode ser transformada, reconstruída sob outros pilares sociais. Contudo, não podemos considerar as leis sociais como deterministas invariáveis como se percebe no discurso atual da classe dominante, que se configura como uma verdadeira onda que traz à tona o discurso positivista, que apregoa a impossibilidade de alternativas ao sistema burguês liberal em que estamos inseridos e que, quando muito, cede, após muito conflito e protestos, alguns benefícios para as classes inferiores, mantendo de forma inquestionável o modo de reprodução capitalista.

Nesta lógica entende-se que o assistente social em sua atuação profissional não pode se resumir a um simples observador da sociedade, ele deve ser um interventor na perspectiva da garantia de direitos, um aparador de exclusões e omissões do Estado. O assistente social deve pautar, dentro de suas possibilidades, o Estado para cumprimento de seu papel com vistas a atender os interesses de sua população, priorizando o atendimento às necessidades humanas e não primeiramente os interesses do capital, sugerindo alterações nas políticas sociais e nas instituições que as elaboram e executam no que se refere ao acesso ao usufruto dos direitos.

Os estudos sobre a obra de Marx na faculdade e fora dela, foram fundamentais para as nossas análises e elaborações, na medida em que passamos da fase em que víamos os acontecimentos pelo senso comum, e, às vezes, até de maneira preconceituosa, e acabamos desenvolvendo um olhar mais cuidadoso, que permite realizar uma análise que perpassa o fato ocorrido, o indivíduo que realizou o feito e sua história de vida, o contexto socioeconômico e cultural, que é o cenário deste acontecimento. Podemos assim, verificar se esta mesma sociedade oferece, no mínimo, as condições necessárias à sobrevivência deste indivíduo para que ele possa viver com dignidade.

Para Marx a dialética é uma maneira de analisar as realidades sociais em diferentes

conjunturas, as quais se expressam em constantes mudanças associadas à divisão social do trabalho e às relações de produção. A dialética marxista postula que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade, a partir do mundo real e não das idéias. A dialética não é só pensamento: é pensamento e realidade. Mas, a matéria e seu conteúdo histórico se definem como a dialética do marxismo, pois nela a realidade é sempre contraditória.

Em Foucault encontramos a evolução histórica da legislação penal e os respectivos métodos coercitivos e punitivos, adotados pelo poder público, na repressão da delinquência, desde os séculos passados até as modernas instituições correccionais. Encontramos também, em Foucault, subsídios para analisar o presídio, o poder e a disciplina que predominam neste tipo de instituição. Na obra deste autor nos deparamos com a relação entre as práticas discursivas e os poderes que a permeiam, ao perceber os diversos procedimentos que rodeiam e controlam os discursos na sociedade, ele comprova que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”. (Foucault 1970)

PRISÕES

Pfaller (2008) afirma que a prisão como sanção penal e com intuito de recuperar o delinqüente surgiu no ano de 1550 em Londres, intitulada de House of Correction (casa de correção). A autora afirma que o objetivo era assegurar que o acusado não fugisse até ficar provado que realmente era culpado ou não, e que após o julgamento, e provada a sua culpabilidade, a modalidade passava de detenção por acusação para execução penal, quando o condenado iria pagar a sua pena no tempo determinado pelo sentenciador.

Há muitos anos, a pena privativa de liberdade foi considerada um avanço contra a pena de morte e as penas de correção física, a prisão tinha a função de evitar que o acusado fugisse antes do seu julgamento, a pena imposta era multas, chicotadas (penas físicas), tortura e morte. Só mais tarde foi considerada cruel e se inovou o sistema penal com a introdução da pena privativa de liberdade, ou seja, se colocou o criminoso na prisão. As prisões passaram por um complexo caminho histórico. (PFALLER, 2008, p 02)

Beccaria (1946) afirma que caberia exclusivamente às leis fixarem o espaço de tempo para que fossem apresentadas as provas do delito e conclui que seria justo conceder ao acusado tempo e meios para que justificasse sua transgressão. Defendia ele, que o tempo que se dispõe à investigação das provas e o que fixa a prescrição, não deveriam ser prolongados em razão da gravidade do crime, e ainda que deveria ser diminuído o tempo dos processos e aumentado o prazo da prescrição.

Beccaria (1946) ainda salienta que, nos crimes mais graves, o tempo da duração da instrução e do processo deveriam ser menores, ao passo que o prazo prescricional deveria ser maior, deste modo, estar-se-ia aplicando a sentença mais rapidamente e não se daria margem à impunidade. Ainda para Beccaria (1946), nos crimes de menor gravidade ou comuns, a prescrição deve ocorrer num tempo menor, assim como o tempo da instrução e processo devem ser mais prolongados.

Foucault (1975) analisa, com muita propriedade, a criminalidade e a delinquência em confronto com a repressão e a punição. Para ele cada período histórico cria suas próprias

leis penais, e os governantes utilizam os mais variados métodos de punição, considerando inclusive a violência aos princípios humanitários, que apostam na recuperação das pessoas que cometem crimes. Para Foucault (1975), a prisão tira do indivíduo todas as suas prerrogativas: treinamento, aptidão, comportamento, atitude moral e disposições, transformando-as em uma tarefa ininterrupta de disciplina. Impõe-se a ele o isolamento, pois a solidão é a condição primeira para a submissão. Para Foucault a criminalidade se diferencia nas classes:

Ora, essa ilegalidade necessária e de cada camada social exercia formas específicas estava envolvida numa série de paradoxos. Em suas regiões inferiores, encontrava-se com a criminalidade, de que era difícil distingui-la juridicamente, senão moralmente: da ilegalidade fiscal à ilegalidade aduaneira, ao contrabando, ao saque, à luta contra os agentes do fisco (...) ou ainda a vadiagem (severamente punida nos termos de ordenações quase nunca aplicadas). (FOUCAULT, 1987, p.70)

A criminalidade, conforme explica Foucault (1987), fundamenta-se numa ilegalidade mais vasta à qual as camadas populares estavam ligadas a suas condições de existência, assim ele esclarece o fato de um senhor perseguir um camponês por motivo de extorsões, que naturalmente gozava de uma valorização espontânea e por outro lado o mendigo, vagabundo que roubava ou assassinava, tornava-se facilmente objeto de um ódio particular contra os mais desfavorecidos, uma ilegalidade que estava integrada em suas condições de existência.

Foucault (1987) também descreve as prisões como peças essenciais no conjunto das punições e diz que o surgimento da prisão marca, certamente, um momento importante na história da justiça penal em que há uma revisão dos mecanismos disciplinares. Isso acontece no mesmo passo em que emergia um novo poder de classe e uma nova legislação que define o poder de punir como uma função geral da sociedade, que é exercido da mesma maneira sobre todos os seus membros e que a prisão é solução detestável de que não se pode abrir mão.

Para Goffman (1961) uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. Ainda para Goffman, um determinado tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, assim o bem-estar das pessoas não constitui o problema imediato. Este tipo de instituição pode ser definido como: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração.

Goffman (1961) também define instituição total como um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal, ele diz que o que chama mais a atenção da sociologia é que, em nossa sociedade, estes estabelecimentos são as estufas para mudar pessoas, e que cada pessoa é experimento natural sobre o que se pode fazer do eu.

Analisando as prisões dentro do contexto capitalista, percebe-se que “naturalmente” elas não estão isentas de praticar os costumes do sistema, ao contrário, elas reproduzem os costumes da sociedade, que as regula, na medida em que estão colocadas dentro desta sociedade. A Prisão é uma das peças da engrenagem da “máquina capitalista”, assim como diversas outras instituições (escola, família, sindicato, entre outras).

As prisões e a reprodução capitalista das relações

Para explicar o aspecto que se relaciona à reprodução capitalista das relações de produção deve-se falar, portanto, da dominação de uma classe sobre a outra, o homem enquanto sujeito “histórico e social”, como define Gorender no prefácio de *A Ideologia Alemã*: (...) “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias”:

A essência do homem é o conjunto das relações sociais. A conformação corpórea natural é condição necessária do ser homem. Não é condição suficiente. A humanização do ser biológico específico só dá dentro da sociedade e pela sociedade (...) o que distingue os indivíduos humanos é que produzem seus meios de vida, condicionados por sua organização corpórea e associados em agrupamentos. (GORENDER, 2007, p. XXIV)

Segundo Willians (2007), Marx e Engels pensavam a ideologia como “nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias. A incapacidade de perceber isso produzia a ideologia: uma versão invertida da realidade”. (p. 213)

É por meio da ideologia que a elite burguesa reproduz sua lógica de dominação excludente e desigual. A ideologia utilizada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado - AIE (escola, igreja, família, entre outros) é a das elites dominantes. É a ideologia burguesa capitalista, difícil de ser combatida, pois, ela é hegemônica e toda sociedade moderna é estruturada para que o *status quo* seja assimilado por todos, principalmente pela classe dominada que seria a mais interessada em contestar a ordem das coisas.

Para Althusser (1996), há uma relação entre Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e Aparelhos Repressivos de Estado (ARE). O primeiro exerce seu poder através, principalmente, da ideologia, enquanto o segundo, sobretudo, através da força, seja ela violenta ou de coerção; ambos são indissociáveis, um complementa o outro.

Idéia principal de um AIE para Althusser seria justificar a estrutura da sociedade como legítima, correta, “única” possível; mais do que isso, os AIE têm como objetivo doutrinar, preparar, adestrar os integrantes das classes dominadas para estarem aptos a reproduzir a estrutura da sociedade. Adestrar seus “peões”, operários, os mais talentosos como “encarregados”, fiscais dos ditos peões, um degrau acima seriam os gerentes, mais acima, os intelectuais, burocratas que continuariam a justificar e a atualizar tanto quanto possível a ordem das coisas.

Alguns indivíduos, na sua excepcionalidade particular, não conseguem se adequar a nenhum dos requisitos acima citados. Eles teriam a possibilidade de ser “reeducados” no ambiente prisional, caso cometessem algum crime, para assim, após o cumprimento da pena estarem aptos a desempenhar a função esperada na sociedade burguesa.

Althusser aponta como aparelhos repressivos de Estado (polícia, presídios, exército, entre outros) que agem através da disciplina e da violência (física ou não) e que dão retaguarda à parte ideológica (AIE), para que essa possa agir de forma segura e sem percalços dentro das famílias, escolas, igrejas, sindicatos. Para este autor, nenhum aparelho de estado (AE) é puramente repressivo ou puramente ideológico, os Aparelhos de Estado repressivos funcionam também pela ideologia e vice-versa.

Historicamente, a AIE mais poderosa e com maior capacidade de convencimento era a Igreja Católica, após o triunfo dos ideais da revolução francesa, esse primazia fora

transferida para a escola, como doutrinador e treinador das classes dominadas. Em uma frase: a escola preparava os indivíduos das classes dominadas para uma garantida inserção no mercado de trabalho. O “direito” a ser explorado era coisa certa.

De maneira geral no mundo todo, no Brasil e de uma forma particular nas periferias do Distrito Federal e entorno, hoje a AIE escolar enfrenta uma crise permanente, com professores mal pagos, estrutura escolar deficiente falta de material didático entre outros.

Para além dos problemas com recursos, gestão, didática, currículo, qualificação de profissionais das escolas, ou quaisquer outros, o que de fato engendra essa crise é a impossibilidade do mercado de trabalho acolher todos aspirantes a uma ocupação/exploração no mercado capitalista.

Esta afirmação não precisa ser proferida da boca de nenhum professor, não precisa estar estampada em destaque em nenhuma apostila. Ela se faz entender a todo o momento, dentro e fora da escola, pela percepção, pela inteligência e pelo instinto de sobrevivência (que não abandona nem mesmo os animais adestrados). Ao se perceber dentro de um cosmos³ (a sociedade capitalista) o indivíduo, mesmo sem ter condições de reproduzir suas formas de produção/relações sociais (trabalhar em troca de um salário, consumir para se divertir e se afirmar enquanto cidadão). Para Weber (2002, p.48) “o capitalismo atual, que veio para dominar a vida econômica, educa e seleciona os sujeitos de quem precisa, mediante o processo de sobrevivência econômica do mais apto”.

A falência do AIE dominante precisa ser contida de alguma forma: uma maior atuação de ARE nas periferias para que a violência fique contida apenas nas suas cercanias. Sabemos que é impossível essa contenção, haja vista o aumento de crimes em bairros de classes A e B. Por isso, há sempre um aumento de força – excessos na atuação do ARE nas periferias.

Para Foucault (1975) a disciplina é uma técnica e não uma instituição, a disciplina funciona de modo a ser maciça e totalmente apropriada para algumas instituições como casas de detenção ou também utilizada para fins específicos em instituições como escolas, por exemplo. Para Foucault o que diferencia as sociedades disciplinares é a forma que este controle assume.

Foucault na *Microfísica do Poder* (1979) quis mostrar que a partir dos séculos XVII e XVIII houve um grande desenvolvimento dos aparelhos de Estado (exército, polícia, administração local) instaurando assim uma nova “economia” do poder, “procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo corpo social”.

Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (menos caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas e que repousam sobre uma mistura de tolerâncias mais ou menos forçadas (desde o privilégio reconhecido até a criminalidade endêmica) e de cara ostentação (intervenções espetaculares e descontínuas do poder cuja maior violência era o castigo “exemplar”, pelo fato de ser excepcional). (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Ainda para Foucault (1975), o poder não está restrito às instituições políticas, o poder representa um papel diretamente produtivo multidirecional, funcionando de cima para baixo e de baixo para cima, isso não quer dizer, contudo, que não haja dominação, até porque foi a

³ A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo nasce, e que se lhe afigura, ao menos como indivíduo, como ordem de coisas inalteráveis, na qual ele tem de viver. Weber (2002 pág. 48)

partir da modernidade que o poder passou a ser executado tanto no âmbito público quanto no âmbito privado, a idéia da modernidade é dominar tanto no espaço público quanto no privado.

Prisões no Brasil

Segundo Santos (2004) as primeiras Casas Correcionais foram estabelecidas no Brasil, no século XIX, com o intuito de atender às mudanças advindas da nova legislação trazida pelo código republicano.

A Casa Correcional do Rio de Janeiro foi inaugurada em 1850, com celas individuais, oficinas, pátios e demais dependências necessárias ao cumprimento das penas que estipulavam o trabalho intramuros. Já a Casa de Correção de São Paulo, inaugurada em 1852, foi em grande medida inspirada pelo sistema de Auburn⁴. A lei penal trazia regulamentos detalhados de práticas a serem observadas no dia-a-dia dos presos: horários das diferentes atividades, as rotinas de trabalho, as penas disciplinares a serem aplicadas em situações de rebeldia, além de regras para vestuário, alimentação, serviço de enfermagem, vida religiosa e organização administrativa (Santos, 2004).

No Brasil as prisões costumam ser locais de segregação, onde a vigilância e a regulação do tempo e das atividades ajudam na manutenção de um controle quase que absoluto dos indivíduos. A auto-estima das pessoas que se encontram em situação prisional é afetada, não só pelas agruras da vivência em um estabelecimento como os presídios, mas também por toda uma história de vida que pode ter sido construída sem referenciais de cuidado e de atenção.

Presídio é uma casa de detenção, e presidiário é àquele que está submetido ao confinamento em presídio - é um prisioneiro, ou seja, a pessoa que se encontra em medida de privação de liberdade por ter cometido algum delito é um presidiário. Segundo cartilha da pessoa presa do CNJ (2010) “O apenado é o indivíduo que já foi condenado. Portanto, já possui sentença condenatória contra a qual não cabem mais recursos, ou seja, a decisão transitou em julgado”.

O escopo da pena de restrição de liberdade desde sua origem não tem como intuito principal a punição do indivíduo. A idéia é reeducá-lo para que retorne ao convívio da sociedade. A finalidade é reintegrá-lo para que possa servir de forma útil à sociedade capitalista. Entretanto, não é isso que os diversos relatórios sobre os presídios brasileiros evidenciam. Ao contrário, pessoas que cometem crimes comuns acabam por se tornar reincidentes em crimes mais violentos e qualificados. Como disse Foucault (1979):

Minha hipótese é que a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósitos de criminosos (...) desde o começo a prisão deveria ser um

⁴ Cidade localizada no Estado americano de Nova Iorque, onde foi construído o sistema penitenciário de Auburn (Auburn Prison), sendo também a primeira prisão da cidade de Nova Iorque. Ela foi marcada pela rígida disciplina em não permitir que os presos conversassem entre si, até mesmo nos momentos em que eles estavam juntos em grupo. Por esta razão, o sistema penitenciário auburiano ficou conhecido como silent system (sistema silencioso em Português).

instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade (...). (FOUCAULT, 1979, p. 131)

Dentre as ocorrências de precariedade nos presídios brasileiros podemos citar fatores como limitações de espaço físico⁵, práticas de violência contra os presidiários e ainda barreiras no atendimento de saúde, educação e assistência social. A situação de privação de liberdade de um indivíduo, por haver cometido um crime, não suprime seu direito a ter acesso às políticas públicas, ou ter seus direitos humanos⁶ violados.

Prisões no Distrito Federal

Segundo o relatório do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Mutirão Carcerário), do dia nove de outubro de 2010, a soma dos detentos no Distrito Federal perfazia o montante de 8.705 (oito mil setecentos e cinco) indivíduos, incluindo-se os presos definitivos e provisórios, masculinos e femininos, os que cumprem medida de segurança, das Polícias Federal e Civil, bem como os que estão nos regimes fechado e semi-aberto⁷.

Estes dados permitem um mapeamento do Sistema Prisional local, mostrando a realidade, seus pontos positivos, negativos e eventuais dificuldades. Dentre os presos, 6.907 (seis mil novecentos e sete) são presos definitivos, enquanto 1.626 (mil seiscentos e vinte e seis) são presos provisórios, sendo que 4.913 (quatro mil novecentos e treze) estão cumprindo pena em regime fechado, enquanto que 2.000 (dois mil) cumprem a pena em regime semi-aberto, com ou sem benefício, levando sempre em consideração que esses números são sempre aproximados por conta da imensa rotatividade diária que ocorre no sistema prisional⁸.

O Distrito Federal possui alguns estabelecimentos de segurança máxima, sendo que o maior e mais antigo deles é o complexo penitenciário - Centro de Internamento e Reeducação - CIR, mais conhecido “Papuda”, cuja lotação atual, segundo o relatório do CNJ, é de 1.136 (mil cento e trinta e seis) presos, enquanto a lotação ideal seria de 793 (setecentos e noventa e três) internos/vagas. De acordo com o referido relatório, trata-se de presídio com características arquitetônicas desatualizadas. Possui oficinas de trabalho (confecção, marcenaria, restauro e montagem de carteiras escolares, oficina mecânica e panificadora que abastece os demais estabelecimentos do complexo), além de salas de aula e biblioteca⁹.

No Distrito Federal há também a penitenciária feminina, mais conhecida como Colméia, onde fica a maioria das mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade. Trataremos mais adiante deste assunto.

⁵ A superlotação nos presídios brasileiros provoca discussões não apenas sobre a disponibilidade de vagas, mas também sobre a estrutura do sistema prisional e seus resultados na proposta de reintegração de ex-presidiários ao convívio social.

⁶ A declaração de Direitos Humanos da qual o Brasil é país signatário diz em seu Artigo V: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

⁷ Dados retirados do relatório do mutirão carcerário realizado pelo CNJ, do ano de 2010.

⁸ Dados retirados do relatório do mutirão carcerário realizado pelo CNJ, do ano de 2010.

⁹ Dados retirados do relatório do mutirão carcerário realizado pelo CNJ, do ano de 2010.

Prisões Femininas

A pretensão deste trabalho não é fazer uma análise aprofundada sobre a temática de gênero, no entanto, é importante que tratemos sobre alguns aspectos histórico-culturais do processo de socialização da mulher que não podem ficar fora de qualquer abordagem que envolva a questão, tendo em vista que a condição da mulher no sistema sócio cultural é marcada pela opressão e discriminação.

Se adentrarmos na história, observaremos que as mudanças nas relações de gênero no decorrer do tempo foram significativas. É certo que as transformações não se deram da noite para o dia, elas foram frutos de lutas intermitentes de movimentos sociais, que a modificaram as configurações sociais de uma sociedade, historicamente, machista e patriarcal, onde o papel das mulheres era apenas o de procriar, cuidar dos filhos e do lar. Sob essa ótica, as mulheres assumiam uma posição de subordinação em relação aos homens, que as excluía da possibilidade de se inserirem visivelmente no mundo produtivo e social.

No decorrer de décadas, o movimento feminista fomentou lutas e com isso as mulheres conseguiram conquistar um espaço tido como mais significativo na sociedade que é o espaço da produção e não apenas da reprodução da força de trabalho.

As ações criminais cometidas por mulheres começaram a ser percebidas a partir do contexto de mudança e aumento da incidência do papel social e produtivo da mulher. A criminalidade feminina é um fenômeno que vem aumentando e ganhando maior visibilidade na sociedade brasileira em relação à criminalidade em geral. As mudanças nas relações sociais e de gênero à medida que inserem a mulher no contexto social, acabam também por favorecer sua inserção no universo da criminalidade.

Segundo dados do Sistema Penitenciário no Brasil, retirados do Sistema Nacional de Informação Penitenciária – InfoPen, no ano de 2008, a população carcerária feminina totalizava um montante de 28.654 (vinte e oito mil seiscentos e cinqüenta e quatro) mulheres, enquanto no ano de 2009 essa população subiu para 31.401 (trinta e um mil e quatrocentos e um) mulheres, o que representa um aumento real de 2.747 (duas mil setecentos e quarenta e sete) mulheres no sistema prisional.

Na origem histórica das prisões femininas no Brasil, destaca-se a vinculação do discurso moral e religioso às formas de aprisionamento da mulher. O encarceramento feminino, norteador por uma visão moral, teve no ensino religioso a base para a criação do reformatório especial - uma instituição prisional destinada às mulheres, que respondiam por crimes mais freqüentemente associados à prostituição, vadiagem e embriaguez (Brasil 2007).

A discriminação das mulheres no sistema penitenciário é antiga, há relatos da época do Brasil colônia no relatório ministerial de 1905, segundo Santos (2004) em análise do relatório dizia que em 1904 havia na Colônia 94 (noventa e quatro) internos, “inclusive 30 (trinta) mulheres vagabundas”. Os homens fossem eles condenados por serem bêbados, mendigos, vadios, capoeiras e ladrões, eram citados no relatório como sendo “homens” ou detentos “do sexo masculino”. No relatório do capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, diretor da Colônia correcional de Dois Rios do Distrito Federal, de março de 1905 a fevereiro de 1906, a mesma terminologia é utilizada:

Esses alojamentos têm lotação para 135 (cento e trinta e cinco) detentos, sendo um de 70 (setenta), um de 40 (quarenta) e o outro de 25 (vinte e cinco). No primeiro e terceiro estão alojados os correccionais do sexo masculino e no segundo as mulheres vagabundas (de 32 presentemente). (...) Presentemente o número de detentos é de 94 (noventa e quatro), sendo um sentenciado e 93 (noventa e três) correccionais, inclusive 30 (trinta) mulheres vagabundas. (SANTOS, 2004, p. 157)

No ano de 2007 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, para avaliar a situação em que se encontravam os presídios femininos no Brasil e também com intuito de elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino. Este grupo contava com a colaboração dos Ministérios da Educação - MEC, Ministério da Saúde - MS, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Ministério da Justiça - MJ, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério da Cultura - MINC, Ministério do Esporte - ME e Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, Instituto de Defesa do Direito de Defesa, além da Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, Secretaria de Direitos Humanos - SDH, sob coordenação da Secretaria de Especial de Políticas para as Mulheres - SPM.

Como encaminhamento do GTI, os órgãos do Governo Federal: SPM e o Ministério da Justiça, através de seu Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, firmaram Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino no Brasil e fortalecer a articulação institucional entre os entes supracitados, objetivando a elaboração e implementação de políticas públicas interligadas voltadas para as mulheres encarceradas, seus filhos e suas famílias, além de propiciar condições dignas de encarceramento, como também contribuir para o processo de reintegração social.

O relatório do GTI afirma que há, historicamente, uma priorização do atendimento aos homens encarcerados em detrimento das mulheres, que, por motivos da própria anatomia humana, necessita naturalmente de algumas diferenciações na utilização dos espaços. Nas visitas realizadas pelo GTI e nas oitivas de mulheres presas, houve depoimentos que continham reclamações de maus tratos, abusos e falta de atenção médico-ambulatorial quando algumas delas apresentavam queixas de cólicas, hemorragia menstrual e, ou tensão pré-menstrual.

Não obstante os problemas de infraestrutura, diretores de presídios e agentes manifestam, por meio de depoimentos, suas dificuldades em lidar com questões específicas das mulheres. Desse modo, o relatório aponta como alternativa o aprimoramento do sistema prisional, mediante a capacitação e treinamento de profissionais.

não há que se perder de vista que, ao propormos uma nova abordagem para o sistema de capacitação e tratamento dos servidores e servidoras, pretendemos contribuir para a construção de um novo sistema prisional que tem em seu corpo funcional uma das vigas mestras de uma política prisional que respeite os princípios fundamentais da pessoa humana. (BRASIL, 2007, p. 48)

A partir dos dados coletados pelo GTI pôde-se traçar um perfil médio da mulher brasileira que se encontra em situação de cárcere. As bases de dados explicitam que a mulher presa é jovem, mãe solteira, afro-descendente e, na maior parte dos casos, condenada por envolvimento com tráfico de drogas, que na maioria das vezes ocupa posição

secundária na estrutura do tráfico, isso quer dizer que elas normalmente não são as “chefes do tráfico” e sim auxiliares. Como explicita Pimentel:

Tratar do envolvimento da mulher no tráfico de drogas e sua relação com as representações sociais que o sujeito carrega consigo acerca de sua identidade no contexto do amor, significa adentrar num universo simbólico tipicamente feminino, permeado por idéias que não são exclusivas da mulher traficante de drogas, mas fazem parte da construção social da categoria mulheres, como resultado daquilo que elas apreenderam ao longo de sua trajetória histórica. Como tivemos por proposta o estudo das práticas femininas relacionadas às drogas a partir da sua ligação com um sujeito masculino – marido, namorado, companheiro, irmão –, inserimos nossa pesquisa no campo de estudos de gênero, cuja posição, no universo das Ciências Sociais, exige certo cuidado, sob pena de se repetir o equívoco do sexismo no estudo das relações entre masculino e feminino. (PIMENTEL, 2008, p. 03)

Segundo dados colhidos pelo GTI, a Região Centro-Oeste registrou cerca de 2.003 (duas mil e três) presas no Sistema Penitenciário, no ano de 2005, e esse número se elevou para 2139 (duas mil cento e trinta e nove) mulheres presas. O Distrito Federal apresentou um aumento da população feminina, de 340 (trezentos e quarenta) presas em 2005 para 373 (trezentos e setenta e três) em 2006. Em relação ao número de presas no Sistema Policial, a região centro-oeste apresentou apenas os números do Estado de Goiás, que registrou, em 2005, cerca de 132 (cento e trinta e duas) presas e, em 2006, cerca de 135 (cento e trinta e cinco).

O relatório trata, também, da omissão dos poderes públicos em relação a mulheres encarceradas expressa pela inexistência de políticas para reintegração social e preservação dos vínculos familiares:

Há completa ausência de quaisquer políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos inerentes à sua condição de pessoa humana e, muito particularmente, às suas especificidades advindas das questões de gênero. Isso porque, como se verá no curso deste relatório, há toda uma ordem de direitos das mulheres presas que são violados de modo acentuado pelo Estado brasileiro, que vão desde a desatenção a direitos essenciais como à saúde e, em última análise, à vida, até aqueles implicados numa política de reintegração social, como a educação, o trabalho e a preservação de vínculos e relações familiares. (BRASIL, 2007, p. 5).

O relatório do CNJ, citado no início deste tópico, também traz dados sobre a penitenciária feminina do Distrito Federal. O presídio popularmente conhecido como “Colméia”, está localizado no Setor de Chácaras da Cidade do Gama - DF e destina-se ao recolhimento de mulheres sentenciadas ao cumprimento de pena privativa de liberdade nos regimes: semi-aberto e fechado, bem como de presas provisórias que ainda aguardam julgamento. A penitenciária possui blocos separados para as internas em prisão provisória, regime semi-aberto e fechado. A casa de detenção está situada em terreno amplo e faz também a custódia de internas submetidos à medida de segurança, sendo que estas são recolhidas à Ala de Tratamento Psiquiátrico – ATP.

O relatório do CNJ traz ainda a informação de que as internas estão envolvidas em atividades laborais conforme o que segue: 143 (cento e quarenta e três) presas com trabalho interno, 300 (trezentas) internas que estudam dentro do presídio, além disso, há 50 (cinquenta) presas em regime semi-aberto e com trabalho externo implementado em parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador - FUNAP, além de 08 presas com trabalho externo por proposta particular de emprego.

FAMÍLIA, PRISÃO E VÍNCULOS AFETIVOS.

A família é um grupo social primário onde nascemos e estabelecemos nosso primeiro contato com o mundo, é um grupo ligado por laços consangüíneos ou afetivos. Petrini et al (2009) assegura que a família possui papel central nos processos humanos, com a formação de vínculos afetivos, tais como a filiação, a fraternidade e demais vínculos, importantes para o desenvolvimento da personalidade.

Normalmente, a família é reconhecida como resposta ao instinto de viver em sociedade, de se agregar a outros seres para facilitar a sobrevivência humana, para desenvolvimento do instinto de proteção, de companheirismo, enfim a família é um importante espaço de socialização primária dos seres humanos.

A família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa, Petrini et al (2009). Ao mesmo tempo, a família também deve ser vista como espaço de conflito, de reprodução do modelo de sociedade que vivemos, por isso, a família também tem seu lado “perverso”, pois é na família que, muitas vezes, os direitos são violados, pois ela repete as situações que a sociedade produz.

Para Bowlby (2006 p. 96) o núcleo daquilo que ele chama de vínculo afetivo é a atração que um indivíduo sente por outro e, ainda, que “os tipos de vínculos que são formados se diferem de uma espécie para outra, sendo os mais comuns os que existem entre os pais e sua prole e entre adultos de sexos opostos”.

Para Bowlby (2006, p. 97) a característica essencial da vinculação afetiva é que os dois parceiros tendem a manter-se próximos um do outro. Quando, por qualquer razão, separam-se, cada um deles procurará o outro, mais cedo ou mais tarde, a fim de reatar a proximidade.

Com a prisão de um membro da família - da mulher, em especial - a família, naturalmente, passa por um rearranjo em que os indivíduos assumem novas responsabilidades. Um exemplo dessa situação é quando, na ausência dos pais, os avós passam a cuidar dos netos e na ausência destes os filhos mais velhos passam a cuidar dos mais novos, tendo que lidar inclusive com as finanças da casa e ainda a se preocupar com a inserção social dos demais membros desta família, inclusive com os riscos vivenciados no contexto social no que diz respeito ao crime.

A família se configura, portanto, como instituição primária de socialização, de aprendizagem e do pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Trata-se de um espaço privilegiado de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser cuidada e protegida igualmente entre seus membros.

Sair do convívio familiar significa passar por um processo muito doloroso para qualquer membro da família, seja por motivo de cumprimento de pena ou por motivos diversos, a saída do convívio familiar pode ser um momento crucial para as mulheres em virtude do distanciamento dos pais, dos irmãos, do companheiro e até dos filhos. Estas mulheres têm consciência de que sua entrada para a prisão pode representar o rompimento definitivo dos laços com sua família.

A passagem por uma instituição prisional deixa marcas na vida dessas mulheres. Marcas estas que não se circunscrevem unicamente ao período de reclusão, mas que são construídas a partir das situações que as levam ao crime e à institucionalização. Na prisão, elas deixam de conviver com suas famílias e passam a conviver com um novo grupo constituído pela equipe que trabalha no presídio e por outras presidiárias.

Existe um forte estigma¹⁰ social em relação às mulheres egressas do sistema prisional, pois são construídos pré-julgamentos associando-as ao crime cometido e ao risco potencial de uma reincidência. Desse modo, elas são, mesmo que tacitamente, responsabilizadas por um estereótipo de marginalidade que as acompanha.

A maior parcela das mulheres egressas do sistema prisional terá dificuldades em reconstruir seus vínculos afetivos, familiares e comunitários, pois, o sistema penitenciário brasileiro, além de falhar na reinserção das presas ao convívio social, também não estimula a manutenção dos vínculos familiares.

O novato chega ao estabelecimento com urna concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico (...). Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (GOFFMAN, 1961, p. 24)

As mulheres que se estão em situação de privação de liberdade, geralmente, encontram dificuldades para manter os vínculos afetivos com seus companheiros. Muitas delas são presas ao mesmo tempo em que seus companheiros, o que restringe o acesso à visita. Como consequência, há uma fragilização ou rompimento do vínculo afetivo.

O relatório do GTI afirma que em estados como o Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, é garantido às mulheres condições de realizar ou receber visita íntima mesmo que seu parceiro (a) se encontre em outra unidade prisional.

Outra face da mesma questão diz respeito às mulheres que, com a prisão de seus companheiros, reproduzem a mesma conduta criminosa, para assim dar continuidade ao sustento da família. Um exemplo disso são as mulheres que passam a gerenciar a “boca”¹¹, assumindo uma posição de comando no tráfico local.

Além dessas questões, no relatório do GTI são destacados outros aspectos limitantes para a manutenção dos vínculos, como a transferência das presas para locais longe do domicílio da família, revistas vexatórias dos visitantes e acesso restrito a telefones públicos.

Outro fator importante para a manutenção das relações afetivas e que contribui para a tranquilidade das mulheres presas é o acesso das presas a telefones públicos. Através deles, elas podem ter e dar notícias, como também ter informações sobre o estado de seus filhos e filhas. Algumas unidades prisionais possibilitam que as presas utilizem os telefones públicos para manter contato com os familiares, entretanto, isso

¹⁰ (...) Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (...) utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (GOFFMAN, 1963, p. 08).

¹¹ A Boca é um termo popularmente utilizado para denominar o local onde a droga é comercializada em uma comunidade/território do tráfico.

não acontece em todas elas. Propõe-se, então, a consolidação de uma ação que permita este acesso em todas as unidades. (BRASIL, 2007, p. 90)

Assim sendo, pode-se tornar possível desenvolver um trabalho junto às egressas do sistema prisional no contexto familiar, compreendendo o seu real papel dentro de suas famílias, percebendo sua função nesta rede de relações e afetos e contribuindo para que a família passe a aceitar com mais facilidade sua participação na produção da vida familiar.

Há que se considerar, então, diversas barreiras que uma egressa pode enfrentar na tentativa de retomar os vínculos familiares, uma vez que a convivência foi restringida no momento em que ela entra na penitenciária, pois, o número de pessoas que as presidiárias podem colocar na sua lista é limitado e apenas algumas pessoas da família poderão visitá-las. No campo da Assistência Social a Lei nº 7.210¹² - Lei de Execução Penal - no capítulo em que trata deste tema prevê:

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;

II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima. (Lei de Execução penal)

Nesse sentido, o trabalho social com famílias se constitui como uma das tarefas primordiais dos assistentes sociais na proteção básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS¹³. Realizar trabalho com famílias significa fortalecer a função protetiva em relação aos seus membros e apoiá-las na manutenção dos vínculos familiares, por conseguinte, assegurar as seguranças afiançadas pela PNAS que são: garantia de renda, acolhida, desenvolvimento da autonomia, convívio familiar e comunitário, sobrevivência a riscos circunstanciais.

O relatório do GTI aponta na direção de que as egressas do sistema prisional e suas famílias sejam inseridas na política de assistência social e o Centro de Referência da Assistência – CRAS, sendo a unidade que desempenha as funções da gestão de proteção básica, deve promover a inserção desse público nos serviços, programas, projetos e benefícios existentes no território em que residem.

Faz-se importante o acompanhamento tanto das mulheres presas quanto de suas famílias pela política de assistência social. Há necessidade ainda de acompanhamento das

¹² A Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – tem por objetivo a efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições de integração social do condenado e do interno.

¹³ O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira, conforme regula a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

mulheres egressas do sistema prisional e as que cumprem pena nos regimes aberto e semi-aberto, bem como suas famílias também devem ser assistidas por esta política.

O Grupo de Trabalho propõe a inclusão das famílias, filhos e filhas de presas nos programas de assistência social, observando-se ainda o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, que define ações voltadas à garantia do contato de crianças e adolescentes com pais e mães que se encontrem privados de liberdade, sendo o Ministério do Desenvolvimento Social um dos atores envolvidos na implementação do Plano de Convivência Familiar. (BRASIL, 2007, p. 95)

O GTI propõe a implementação de ações das diferentes políticas públicas, no sentido de assegurar os direitos das mulheres presas e de suas famílias, inclusive garantindo a inserção no programa bolsa família - PBF¹⁴, do governo federal, não apenas por preencherem os requisitos do programa, mas por se tratar de medida de justiça e de garantia de direitos.

ANÁLISE DA ENTREVISTA

Neste tópico analisaremos o caso de uma egressa do sistema prisional, moradora da Expansão do Setor "O" em Ceilândia/DF, considerando os motivos que a levaram a prisão, suas vivências como interna do presídio da colméia durante mais de dois anos e depois de sua saída da instituição, a maneira como ela refez (ou não) seus laços afetivos, seus vínculos familiares e comunitários, bem como as repercussões desse processo. Esta mulher, hoje tem 40 anos de idade e vive com seu companheiro e sua filha pequena. Ela fora presa e condenada por tráfico de drogas, quando tentava levar drogas para seu irmão que estava na prisão.

Hoje ela trabalha cuidando de crianças em sua própria casa para ajudar no sustento do lar. Quando perguntada se gostaria de contribuir para este trabalho, depois de explicada a ela a intenção de nossa pesquisa, ela aceitou, disse que poucas pessoas fazem pesquisa deste tipo e que queria colaborar.

Quando ela fora presa, seu ex-companheiro ainda estava cumprindo pena, porém, poucos meses depois ele saiu da prisão para cumprir o resto da pena em liberdade. Ela relata que neste momento seu relacionamento foi por "água abaixo", que nunca recebera visita dele e que logo ele arrumou outra e ela ficara solteira na prisão.

Nossa entrevistada diz que sentia falta de sua mãe, que nunca fora visitá-la, segundo ela, sua mãe alegava que não possuía a cédula de identidade, documento obrigatório para visitantes na entrada da penitenciária, mas ela não acredita que deva ser esse o real motivo, pois nem um telefonema, o que era permitido aos internos receber uma vez na semana, ela recebia de sua mãe.

Para Bowlby (1982, p.97) "a vinculação afetiva é o resultado do comportamento social de cada indivíduo de uma espécie diferindo conforme o outro indivíduo de sua espécie com quem ele esteja tratando". Esta passagem nos ajuda a entender a entrevistada, que ao ser

¹⁴ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que beneficia família em situação de pobreza e de extrema pobreza. É desenvolvido a partir dos eixos transferência de renda (que promove o alívio imediato da pobreza), condicionalidades (que relaciona transferência de renda ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social), programas complementares (que buscam o desenvolvimento das famílias de modo que consigam superar as situações de vulnerabilidade vivenciadas).

perguntada se havia sido bem acolhida por sua família no retorno para casa, após quase três anos de prisão, diz: “todo mundo me recebeu muito bem. Mas eles não demonstraram só aqui fora, como também demonstravam quando eu ainda estava na prisão”. (ENTREVISTADA).

Apesar de afirmar que ficara mais amarga depois da experiência na penitenciária, nossa entrevistada disse que nunca lhe faltara nada dentro da prisão e que suas necessidades materiais e afetivas eram sempre supridas pelas pessoas que as visitava. Quando perguntada sobre quem a visitava e quando recebia visitas ela respondeu: “sempre, todas as visitas. Lá minha filha, minha irmã, minha amiga e minha cunhada”. (ENTREVISTADA)

Percebe-se que outros vínculos foram estabelecidos durante o tempo de custódia, nossa entrevistada afirma que fez novas amigas dentro da prisão e confirma que este processo foi decorrente do bom comportamento que teve na penitenciária. Ao mesmo tempo, ela se queixa que outros laços afetivos, construídos fora do presídio, se romperam. Algumas amizades que tinha e hoje ela não conseguiu recuperar: “eu descobri quem eram meus amigos de verdade quando estava lá dentro” (ENTREVISTADA)

Quando perguntada se o relacionamento mantido com a família hoje é melhor, ela responde que: “eu os trato melhor que antes, apesar de que eu fiquei mais dura de coração. Eu não sou mais aquela pessoa assim... é que eu era muito boba, assim pra todo mundo. Hoje em dia eu já sou mais tranqueira”. (ENTREVISTADA). Perguntada se a prisão contribuiu para isso ela responde:

contribuiu para eu ficar mais rude, é que eu fiquei meio amarga, sei lá, não com o sofrimento lá dentro apesar de eu ter sempre visita, e de nunca ter me faltado nada, mas pelo que aconteceu aqui na rua, que eu não esperava das pessoas entendeu, então isso me tornou um pouco amarga sim. (ENTREVISTADA)

A amargura que lhe abatera pode ser explicada por Goffman (1961) quando afirma que, em algumas instituições penais, os indivíduos acabam sofrendo indignidades de tratamento, como ser apelidadas por alguns nomes obscenos que indicam qualidade negativa do sujeito.

Nossa entrevistada ao ser perguntada se havia rebelião, relata que as detentas realizavam greves sempre algumas reivindicações, mas a principal delas era uma solicitação de alteração do dia de visita que era em dia útil, quinta-feira, para o dia de sábado ou domingo para facilitar a ida de parentes que trabalhavam durante a semana. Em estados como Rio de Janeiro e São Paulo as visitas acontecem nos dias de fim de semana:

Ah tinha assim, os dias que fazíamos greve para a melhora da comida, entendeu, para mudar a visita para os dias de domingo, porque fica difícil para a família visitar a gente porque tem as pessoas trabalham e não podem nos visitar porque é dia de semana. Tinha essas coisas, mas rebelião não” (...) isso mesmo, muitas pessoas não tinham visita porque a família não podia largar o emprego para ir visitar. Não porque não queriam, mas porque muitos são mandados embora do emprego por conta de ter que ir visitar parente preso e acabam sabendo que aquela pessoa tem parente preso. (ENTREVISTADA)

Na fala da entrevistada fica claro que, além de todas as dificuldades para manutenção dos vínculos, alguns familiares não podem comparecer às visitas porque elas ocorrem nos dias úteis, a maioria das pessoas trabalha neste período. Daí decorre outros problemas como o preconceito no trabalho por ter um familiar preso.

A construção do calendário de visitas também é um dos fatores que dificultam a frequência de visitas. Por exemplo, há unidades prisionais que estabelecem a visita apenas em dias úteis, nos quais a maioria dos familiares e amigos, de um modo geral, trabalha e não pode dispor de tempo para garantir a presença nas visitas em tais dias. Neste contexto, recomenda-se a articulação com as Secretarias responsáveis pelos Sistemas Carcerários a fim de se disciplinar os horários de visitas de forma a privilegiar sempre um dia não útil na semana. (BRASIL, 2007, p. 89)

As greves também evidenciam as tentativas das mulheres presas em manter seus vínculos afetivos, uma vez que, segundo o relatório do GTI, algumas até preferem permanecer em cadeias públicas, superlotadas e em ambiente insalubre, mas que permitem que elas fiquem mais próximas das famílias e assim receber visitas regularmente.

Para o GTI a manutenção de vínculos dentro de projetos que levem em conta a regionalização do encarceramento também constitui uma diretriz. Há que se ter uma visão regional do país, buscando a proximidade com as origens das presas e criando condições propícias ao retorno do convívio social. O desenvolvimento de atividades profissionais e educacionais relacionadas às demandas e realidade locais deve compor as diretrizes de trabalho.

Em se tratando do tema educação, perguntamos se havia aula para as detentas e ela afirma que: “tinha escola também”

(...) “não era obrigatório, era pra quem queria estudar, trabalhar, tudo era pra quem queria” (...) “participava quem queria. Porque além de você ganhar remuneração, você ainda ganha dias de (silêncio) vamos supor a cada três dias trabalhados você diminui um dia da sua pena ta entendendo? Como no meu caso, minha cadeia era quatro anos para doze que eu tinha que puxar fechado, como eu trabalhei durante dois anos eu ganhei um ano para cumprir aqui na rua. Entendeu?”. (ENTREVISTADA)

Quando perguntada sobre atividades laborais no presídio nossa entrevistada revela que: trabalhou por dois anos fazendo bijuteria, mas que a venda não era realizada pelas presas. “não é a gente que vende; tipo assim: tem umas pessoas da rua que tem uma loja então levam as peças. São peças de sementes naturais, entendeu? Tipo brincos, anéis, pulseiras. Então a gente fazia um colar, por exemplo, tinha colar de até R\$ 200,00 (duzentos reais). Então se você fizesse um colar desses, você ganhava R\$ 3,00 (três reais). Ta entendendo? Se era um colar mais barato, era cinquenta centavos. Então a gente ganhava uns duzentos, trezentos reais por mês. Nós tínhamos o nosso lucro, então quem na verdade lucrava era o dono”. (ENTREVISTADA)

O Relatório do GTI diz que:

A atividade laboral, a pretexto de ser uma medida ressocializadora, como prevê a própria lei de execução penal, tem sido utilizada inadequadamente no interior dos estabelecimentos prisionais. Há denúncias dos sindicatos de trabalhadores quanto à competição desleal praticada pela mão-de-obra prisional: as pessoas presas que prestam serviços as empresas não têm qualquer vínculo empregatício e sua remuneração consiste em um salário mínimo mensal, sem respeitar os pisos salariais das categorias. De fato, o principal atrativo para as empresas que contratam trabalhadoras nas prisões é o baixo custo, especialmente em razão do não pagamento dos direitos trabalhistas (fundo de garantia por tempo de serviço, 13º salário, férias remuneradas, etc.). No entanto, os trabalhadores, ao saírem da prisão, não são aproveitados pelas empresas que os contratam durante o cumprimento da pena, confirmando o estigma a que as pessoas egressas do sistema prisional estão sujeitas. (BRASIL, 2007, p. 51)

Destaca-se que as peças criadas pelas detentas não podem ser utilizadas para presentear um parente por ocasião da visita, ou enviadas para alguém que por ventura não a visite. Sobre esta questão a entrevistada afirma que: “Não. Não podia tirar de dentro de lá não. Se tirasse ia pro castigo”. Consta no Relatório do GTI que quando elas trabalham dentro do cárcere, normalmente, destinam a remuneração à família.

O relatório do GTI traz em seu corpo o tema “educação para direitos”, afirmando que essa é uma problemática a ser enfrentada como uma formação para direitos básicos com o intuito de difusão de conhecimentos entre as presas e funcionários com foco nos direitos humanos e recorte na questão de gênero, raça e orientação sexual. Esta medida, trazida pelo relatório, é entendida como urgente e versa sobre a elaboração de uma cartilha acerca dos direitos e deveres a ser entregue para as mulheres que adentrem ao sistema prisional, facilitando o conhecimento de seus direitos deveres na penitenciária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pode-se perceber que os obstáculos à manutenção dos vínculos afetivos, familiares e comunitários de egressas do sistema prisional advêm, principalmente, de falhas no sistema carcerário brasileiro, em especial, em alguns estados da federação que não cumprem o disposto na legislação, principalmente, na Lei de Execução Penal.

Percebemos, também, que o sistema penitenciário do Distrito Federal não contribui para a manutenção de vínculos de suas detentas, uma vez que isso surgiu tanto na fala da nossa entrevistada, como na análise dos relatórios citados anteriormente, neste trabalho. As diversas barreiras que são postas para a manutenção do contato entre as presas e suas famílias nos apontam isso.

Além dos obstáculos institucionais que as mulheres presas têm de enfrentar para (re) construir seus vínculos e retomar sua vida em sociedade, também existem barreiras ideológicas e culturais, que fazem com que as mulheres presas ou egressas, sofram preconceito por um crime cometido no passado, pelo qual ela já foi condenada. As pessoas acabam pensando que a qualquer momento ela poderá cometer alguma falha, o que acaba por deixar esta mulher desacreditada perante a sociedade, uma vez que, além de ser condenada moralmente pela comunidade onde vive, ela também será censurada pela sociedade que dificilmente lhe dará oportunidade de emprego.

Sabemos que numa sociedade capitalista, aqueles que não pertencem ao quadro das classes dominantes só possuem um único bem que possa garantir sua sobrevivência: a sua própria força de trabalho. Mas para que o contrato seja concretizado é necessário que a outra parte queira comprar a força de trabalho oferecida. Mesmo fora do mercado de trabalho, as classes dominadas não estão de fora do cosmos capitalista, que tem como lei básica a movimentação e aquisição de dinheiro para que a sobrevivência seja garantida.

No que diz respeito à prática de atividade de trabalho pelas detentas na prisão, podemos apontar os seguintes aspectos: o trabalho pode ser remunerado pelas empresas privadas que utilizam esta mão-de-obra ou pago em forma de pecúlio pelo Estado; há a remição da pena (para cada três dias de trabalho, se ganha um dia de redução da pena); e

há também a possibilidade do recebimento de uma renda, ainda que mínima, e da constituição de uma poupança, previsto na Lei de Execução Penal.

Já as empresas privadas, economizam na medida em que os custos com mão-de-obra são baratos e ainda será quase nula a ocorrência de faltas, quando se compara a um trabalhador comum. Para a sociedade em geral, os benefícios do trabalho no ambiente de privação de liberdade traduzem-se na perspectiva de humanização do detento e na prevenção à reincidência, bem como na diminuição dos custos com a manutenção das unidades prisionais e das tensões comuns nos ambientes carcerários, haja vista que nossa entrevistada aponta que uma das maiores vantagens do trabalho é a remissão da pena.

As políticas públicas também são ineficientes em relação a estas mulheres e suas famílias, uma vez que elas são acompanhadas apenas se estiverem cumprindo pena em liberdade, enquanto as mulheres egressas do sistema prisional não têm nenhum tipo de acompanhamento por parte das instituições públicas, conforme prevê a Lei de Execução Penal em seu Artigo 27: “O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho”.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar este tema, ao contrário, tem a aspiração de trazer esta reflexão para o debate na academia, em especial ao Serviço Social, que tanto tem demonstrado comprometimento com o projeto ético político de uma proposta nova para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, uma sociedade que distribua melhor a renda e as riquezas produzidas no mundo, principalmente, para a classe trabalhadora que é parte fundamental na construção desta nova ordem societária, mas que não pode se apropriar de sua parte nas riquezas socialmente produzidas neste sistema capitalista.

Também a partir deste trabalho talvez se possa dar prosseguimento a esta reflexão, urgente e necessária com o intuito de fazer valer o que está previsto na Lei de Execução penal e nas demais legislações vigentes, que apontam para a necessidade de acompanhar aos egressos do sistema prisional, em especial as mulheres, objeto principal deste trabalho, preparando-as para que sua saída da prisão não seja de maneira brusca, mas sim tranqüila e coordenada para que as mulheres egressas do sistema prisional sejam de fato acompanhadas no retorno à sua comunidade sendo auxiliada na (re)construção de vínculos e ainda na sua busca por sobrevivência material e suas relações afetivas, o que acarretará sobremaneira para a redução da reincidência prisional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luciana. **Nas trilhas do fazer e do saber a possibilidade de ser: Os caminhos do trabalho e da educação na prisão**. 2009. 162 f. (Dissertação de mestrado). Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado – notas para uma investigação**. Editions sociales. Paris, 1976. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Editora Hi, 2002.

BOLWBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Cartilha da mulher presa**. 1. ed. 2011. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/cartilha_da_mulher_presa.pdf> acesso em Nov. 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Cartilha da pessoa presa**. 2. ed. 2010. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/cartilha_da_%20pessoa_%20presa.pdf> acesso em Nov. 2011.

BRASIL, Conselho nacional de justiça. **Relatório mutirão carcerário/Distrito Federal/2010**. Disponível em: <www.cnj.gov.br/> acesso em Set. 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento penitenciário nacional. **Sistema penitenciário no Brasil**. Disponível em: < <http://www.infopen.gov.br/> > Acesso em Nov. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório mutirão carcerário**. – Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/detentos-e-ex-detentos/pj-mutirao-carcerario/relatorios>>, acesso em 9 de set. 2011.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. **Reformulação e Reorganização do Sistema Prisional Feminino**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_reorganizacao_prisional_feminino.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2011.

BRASIL. Lei nº7.210, de 11 de Julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12313.htm> Acesso em Nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Dados consolidados – Total Brasil**. Disponível em: <<http://depen.com>>. Acesso em 26 de set. de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1973 - **Lei Orgânica de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em 14 de out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica Nob/SUAS**. BRASÍLIA, 2005. Disponível em

<<http://mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**, Brasília: CFP/CFESS, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DISTRITO FEDERAL, **Relatório Distrito Federal 10 Anos: Aspectos Demográficos da População, Trabalho e Rendimento, Domicílios e Posse de Bens**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/>> Acesso dez. 2011.

DISTRITO FEDERAL. Administração regional de Ceilândia: História de Ceilândia. Disponível em <http://www.ceilandia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4013> Acesso em out. 2011.

DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostragem no Domicílio – PDAD**. 2010/2011, amostra Ceilândia. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/>>. Acesso em out. 2011.

FOUCALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e Punir; Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRINHANI, Fernanda M D. **Mulheres encarceradas e espaço prisional: Uma análise de representações sociais**. In revista Psicologia: Teoria e Prática, vol. 7, p. 61-79. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=193817415006> acesso em Nov. 2011.

GOFFMAN, Erwin. **Prisões, presídios e manicômios**. São Paulo, Perspectiva, 1961.

_____. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. São Paulo, Perspectiva, 1963.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NOVAES, Elisabete. **Uma reflexão teórico-sociológica acerca da inserção da mulher na criminalidade.** In: Revista Sociologia Jurídica. Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-10/228-novaes-elizabete-david-uma-reflexao-teorico-sociologica-acerca-da-insercao-da-mulher-na-criminalidade>> Acesso em out. 2011.

PETRINI, João Carlos. ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos. MOREIRA Lucia Vaz de Campos. **Família na Contemporaneidade: uma análise conceitual.** 2009. P.1 Disponível em: <http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia_na_contemporaneidade.pdf>. Acesso em 13 de out. 2011.

PFALLER, Petra. **Uma sociedade sem prisões.** Disponível em: <<http://carceraria.tempsite.ws/fotos/fotos/admin/formacoes/6fa67f1df12d95f6757710793eefd839.pdf>> Acesso em set. de 2011.

PIMENTEL, Elaine. **Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas.** Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>> Acesso em out. 2011.

Relatório Distrito Federal 10 Anos, **Aspectos Demográficos da População, trabalho e rendimento, Domicílios e Posse de Bens.** Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br>> Acesso em 20 de out. 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana.** Disponível em: <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi8a4.pdf>> Acesso em out. 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

WILIANS, Raymond. **Palavras-Chave.** São Paulo: Bontempo, 2007.